S.R. DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Portaria n.º 12/2017 de 30 de Janeiro de 2017

O Conselho da União Europeia fixou para os anos de 2017 e 2018, através do Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016, em relação a determinadas unidades populacionais de profundidade e aos navios de pesca comunitários, as possibilidades de pesca anuais e as suas condições específicas de utilização.

Esta repartição garantiu a atribuição de uma quota a Portugal de 507 toneladas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) para 2017 e de 507 toneladas para 2018, possibilidade de pesca aplicável à Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar, a qual é destinada à Região Autónoma dos Açores, tendo em devida conta a atividade tradicional e histórica das embarcações nacionais.

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 6 de julho, que estabelece o quadro legal da pesca açoriana, dispõe, no n.º 1 do seu artigo 9.º que o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode estabelecer, por portaria, condicionamentos ao exercício da pesca no Mar dos Açores e prever os critérios e condições para a sua aplicação, com vista a adequar a pesca ao estado de exploração ou à condição dos recursos disponíveis e a sua relativa abundância, assegurando a conservação dos recursos marinhos e a gestão do setor. Nesta sequência, dispõe a alínea g) do n.º 2 do mesmo artigo que aquela portaria pode limitar o volume de capturas de unidades populacionais de certas espécies pela fixação de máximos de captura permitidos por ilha.

Dispõe também a alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º que sempre que as atividades das embarcações de pesca regionais estejam sujeitas a limitações do volume de capturas resultantes da fixação de quotas, o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode repartir pelo conjunto das embarcações regionais as quotas e licenças atribuídas à frota nacional pela União Europeia, na Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar ou na Subzona 34.2.0 do COPACE – Comité das Pescas do Atlântico Centro-Este. O n.º 2 deste mesmo artigo acrescenta que a repartição de partes das quotas, ou de máximos de captura autorizados, por ilha, por embarcações, ou grupos de embarcações regionais é da competência do membro do Governo Regional que tiver a seu cargo o setor das pescas.

Neste enquadramento, e com o objetivo de vincular cada uma das ilhas a práticas de sustentabilidade e responsabilidade na gestão da captura da espécie do goraz, o Governo Regional, através da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, fixou uma repartição da quota destinada aos Açores por cada ilha, respeitando as capturas de cada uma delas e das respetivas embarcações, por forma a garantir uma repartição justa e equitativa da quota destinada à Região, mais próxima do contexto da atividade de pesca de cada ilha, por forma a valorizar o pescado e, conseqüentemente, aumentar o rendimento dos pescadores.

Dispõe ainda a alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A, de 19 de abril, que tendo por objetivo a conservação e gestão racional dos recursos marinhos vivos ou o cumprimento das regras da política comum de pescas da União Europeia, o membro do Governo Regional responsável pelas pescas pode estabelecer, por portaria, regras adicionais ao regime jurídico do exercício da pesca lúdica, definindo os condicionamentos a que o mesmo

fica sujeito, no que se refere a, entre outros, à interdição ou restrição do exercício da pesca lúdica, dirigida a certas espécies, em certas áreas ou por certos períodos.

Agora, por acordo entre a Administração Regional e as associações representativas do setor da pesca, por forma a adotar medidas rigorosas de gestão, cumpre proceder à primeira alteração à Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, adotando uma nova chave de repartição da quota atribuída a cada ilha, bem como um novo modelo de gestão trimestral da quota, permitindo um maior equilíbrio nas capturas ao longo de todo o ano, com o objetivo de assegurar uma maior rentabilização do recurso, um maior acompanhamento das capturas, contribuindo, desta forma, para o aumento do rendimento dos pescadores. Com esta alteração, vem também proibir-se a captura de goraz na pesca lúdica aquando do encerramento das possibilidades de captura, por ilha, para a pesca profissional, permitindo, assim, um maior controlo do recurso.

Foram ouvidas as associações representativas do setor da pesca, que concordaram com as medidas que, pela presente portaria, se adotam.

Neste sentido, manda o Governo Regional, através do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, ao abrigo do disposto no n.º 1 e alínea g) do n.º 2 do artigo 9.º, alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 06 de julho, conjugado com a alínea a) do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração à Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro

Os artigos 4.º, 7.º, 10.º e 14.º da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º

[...]

1 – [...]

a) Para o ano de 2017:

- i Corvo: 8.011 kg
- ii Flores: 18.498 kg
- iii Faial: 77.977 kg
- iv Pico: 27.604 kg
- v São Jorge: 13.163 kg
- vi Graciosa: 51.004 kg
- vii Terceira: 123.656 kg
- viii São Miguel: 178.969 kg
- ix Santa Maria: 8.118 kg

b) Para o ano de 2018:

- i Corvo: 8.011 kg

- ii Flores: 18.498 kg
- iii Faial: 77.977 kg
- iv Pico: 27.604 kg
- v São Jorge: 13.163 kg
- vi Graciosa: 51.004 kg
- vii Terceira: 123.656 kg
- viii São Miguel: 178.969 kg
- ix Santa Maria: 8.118 kg

2 – [...]

- a) Ilha do Corvo – 1,58%;
- b) Ilha das Flores – 3,65 %;
- c) Ilha do Faial – 15,38 %;
- d) Ilha do Pico – 5,44 %;
- e) Ilha de São Jorge – 2,60 %;
- f) Ilha Graciosa – 10,06 %;
- g) Ilha Terceira – 24,39 %;
- h) Ilha de São Miguel – 35,30 %;
- i) Ilha de Santa Maria – 1,60 %.

3 – [...].

4 – [...].

5 – [...].

6 – A repartição da quota mencionada nos n.ºs 1 e 2 por conjuntos da frota de cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores tem em conta a evolução das capturas de goraz nos últimos anos, o respetivo contributo para a economia local, impacto ambiental, bem como a repartição mais equitativa da totalidade da quota pela especificidade da frota em cada uma das ilhas do arquipélago.

7 – Revogado.

8 – Para as novas embarcações de pesca, cujo armador não tenha uma embarcação com quota atribuída, ou que tenha uma embarcação com quota atribuída que seja, entretanto, abatida à frota regional, a disponibilidade de acesso à quota da respetiva ilha de registo ou armamento está dependente de parecer favorável da associação representativa da frota de pesca dessa ilha e nas quantidades por ela propostas.

9 – A transferência de embarcações com quota atribuída, por aquisição, independentemente de ocorrer na mesma ilha ou em ilhas diferentes, opera-se sem a correspondente transferência de quotas.

10 – O membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode, por despacho, fixar regras adicionais à gestão das possibilidades de pesca repartidas, por ilha, nos termos previstos nos números 1 e 2, com o objetivo de otimizar o aproveitamento da quota.

Artigo 7.º

[...]

1 – [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) A quota atribuída a cada embarcação classificada como de pesca costeira ou local não pode ser, por ano, superior a 2% da possibilidade de pesca anual para cada um dos anos de 2017 e 2018.

2 – [...].

3 – [...].

4 – A quota atribuída a uma embarcação que seja, entretanto, abatida à frota regional, será redistribuída, na ilha a que disser respeito, mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual é produzido com base em parecer das associações representativas do setor da pesca na respetiva parcela do arquipélago.

5 – As quotas atribuídas não constituem direitos adquiridos das empresas, armadores ou embarcações, podendo ser, a todo o tempo, retiradas ou diminuídas, como resultado de decisões regionais, nacionais ou comunitárias no âmbito da conservação e gestão de recursos, bem como pelo incumprimento das disposições previstas na presente portaria.

Artigo 10.º

Esgotamento de quota

1 – [...].

2 – Quando atingidos 70% das capturas de goraz fixadas para qualquer embarcação constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, o Diretor Regional com competência em matéria de pescas comunica aquele facto, por escrito, ao respetivo armador ou fretador, bem como que a respetiva quota será encerrada quando atingir os 100% de capturas.

3 – [...].

4 – [...].

5 – O encerramento da possibilidade de pesca anual de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, implica a proibição imediata, também no que respeita à pesca lúdica, em cada uma das ilhas, da captura, manutenção a bordo, o desembarque e transporte de exemplares de goraz.

Artigo 14.º

[...]

1 – [...].

2 – [...].

3 – [...].

4 – Sempre que, até ao final do primeiro semestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 50% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 20% do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

5 – Sempre que, até ao final do terceiro trimestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 70% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 30 % do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

6 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, mediante requerimento do interessado devidamente fundamentado, autorizar a utilização da quota individual atribuída a cada embarcação em moldes diferentes dos previstos no presente artigo.»

Artigo 2.º

Republicação

A Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro, que aprova o regime de fixação de capturas totais permitidas de goraz e condições associadas para as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores para 2017, é republicada em anexo.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assinada em 27 de janeiro de 2017.

O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, *Gui Manuel Machado Menezes*.

Anexo I

Republicação da Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece o regime jurídico de fixação de capturas totais permitidas de goraz (*Pagellus bogaraveo*) e condições associadas, para 2017 e 2018, decorrentes da aplicação das regras enunciadas no Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016, sem prejuízo de eventuais alterações ou ajustes que possam vir a ocorrer durante aquele período.

Artigo 2.º

Âmbito

O regime fixado na presente portaria aplica-se a todas as embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos do presente diploma entende-se por:

a) «Goraz» todos os exemplares da espécie marinha com o nome científico *Pagellus bogaraveo*, a que correspondem, na Região Autónoma dos Açores, os nomes comuns de goraz, peixão ou carapau;

b) «Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar» ou «Subzona X do CIEM» a área de pesca, vulgarmente conhecida por banco dos Açores, definida no Regulamento (CE) n.º 218/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009, relativo à apresentação de estatísticas sobre as capturas nominais efetuadas pelos Estados-Membros que pescam no Nordeste do Atlântico [publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 87, de 31 de março de 2009];

c) «Subzona 34.2.0 do COPACE – Comité de Pescas do Atlântico Centro - Este» a área de pesca, conhecida por subzona oceânica norte, assinalada no Anexo III do Regulamento (CEE) n.º 216/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009, relativo à apresentação de estatística de capturas nominais efetuadas pelos Estados-Membros que pescam em certas zonas, com exclusão das do Atlântico Norte [publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, n.º L 87, de 31 de março de 2009];

d) «Porto de armamento» aquele que a embarcação utilizou nos anos civis anteriores, de forma principal, para o desenvolvimento da atividade de pesca, desde a partida para a faina até à descarga das suas capturas, bem como para o embarque, desembarque e inscrição de tripulantes;

e) «Portos de descarga» os portos da Região Autónoma dos Açores designados, ao abrigo do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 2347/2002, do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2269/2004, do Conselho, de 20 de dezembro de 2004, para o desembarque de espécies de profundidade;

f) «Associação de produtores representativa do sector da pesca» qualquer associação de armadores, qualquer associação de pescadores que também integre armadores ou qualquer Organização de Produtores.

CAPÍTULO II

Das quotas de pesca

Artigo 4.º

Possibilidades de pesca anuais e sua repartição por ilha

1 – A possibilidade de pesca anual de 507 toneladas de peso vivo em 2017, e de 507 toneladas em 2018, relativas às unidades populacionais da espécie goraz, atribuídas a Portugal, pelo Regulamento (UE) n.º 2016/2285 do Conselho, de 12 de dezembro de 2016, para vigorarem no ano de 2017 e no ano de 2018, na Subzona X da classificação estatística do CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar, e destinadas à Região Autónoma dos Açores, tendo em devida conta a atividade tradicional e histórica das embarcações nacionais, são repartidas pelo conjunto da frota do arquipélago, de acordo com o seu porto de registo ou de armamento, atendendo ao disposto no artigo 17.º do Regulamento (EU) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, da seguinte forma, ilha por ilha:

a) Para o ano de 2017:

- i. Corvo: 8.011 kg
- ii. Flores: 18.498 kg
- iii. Faial: 77.977 kg
- iv. Pico: 27.604 kg
- v. São Jorge: 13.163 kg
- vi. Graciosa: 51.004 kg
- vii. Terceira: 123.656 kg
- viii. São Miguel: 178.969 kg
- ix. Santa Maria: 8.118 kg

b) Para o ano de 2018:

- i. Corvo: 8.011 kg
- ii. Flores: 18.498 kg
- iii. Faial: 77.977 kg
- iv. Pico: 27.604 kg
- v. São Jorge: 13.163 kg
- vi. Graciosa: 51.004 kg
- vii. Terceira: 123.656 kg
- viii. São Miguel: 178.969 kg
- ix. Santa Maria: 8.118 kg

2 – Nos anos de 2017 e 2018, as possibilidades de pesca anuais da unidade populacional de goraz, divididas pelo conjunto de embarcações de cada uma das nove ilhas do arquipélago, nos termos do número anterior, de acordo com o seu porto de registo ou de armamento, têm em conta a seguinte chave de repartição:

- a) Ilha do Corvo – 1,58%;
- b) Ilha das Flores – 3,65 %;
- c) Ilha do Faial – 15,38 %;

- d) Ilha do Pico – 5,44 %;
- e) Ilha de São Jorge – 2,60 %;
- f) Ilha Graciosa – 10,06 %;
- g) Ilha Terceira – 24,39 %;
- h) Ilha de São Miguel – 35,30 %;
- i) Ilha de Santa Maria – 1,60 %.

3 – Sem prejuízo da repartição definida nos n.ºs 1 e 2, pode ser acordada entre o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas e as associações representativas da frota de pesca da Região a cedência de parte da quota de alguma das ilhas a outra, ou outras, das ilhas dos Açores, face ao apuramento concreto das capturas das respetivas frotas.

4 – A eventual cedência de parte da quota de alguma das ilhas a outra, ou outras, das ilhas dos Açores, quando temporária, é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual fixará expressamente o período de vigência de tal medida.

5 – A eventual cedência de parte da quota de alguma das ilhas a outra, ou outras, das ilhas dos Açores, quando for definitiva, é formalizada por portaria do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, a qual fixará a nova chave de repartição.

6 – A repartição da quota mencionada nos n.ºs 1 e 2 por conjuntos da frota de cada uma das ilhas da Região Autónoma dos Açores tem em conta a evolução das capturas de goraz nos últimos anos, o respetivo contributo para a economia local, impacto ambiental, bem como a repartição mais equitativa da totalidade da quota pela especificidade da frota em cada uma das ilhas do arquipélago.

7 – *Revogado.*

8 – Para as novas embarcações de pesca, cujo armador não tenha uma embarcação com quota atribuída, ou que tenha uma embarcação com quota atribuída que seja, entretanto, abatida à frota regional, a disponibilidade de acesso à quota da respetiva ilha de registo ou armamento está dependente de parecer favorável da associação representativa da frota de pesca dessa ilha e nas quantidades por ela propostas.

9 – A transferência de embarcações com quota atribuída, por aquisição, independentemente de ocorrer na mesma ilha ou em ilhas diferentes, opera-se sem a correspondente transferência de quotas.

10 – O membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas pode, por despacho, fixar regras adicionais à gestão das possibilidades de pesca repartidas, por ilha, nos termos previstos nos números 1 e 2, com o objetivo de otimizar o aproveitamento da quota.

Artigo 5.º

Imputação das capturas das embarcações locais e costeiras

A imputação das capturas de goraz a cada uma das ilhas mencionadas no artigo anterior, quanto às embarcações classificadas como de pesca local e/ou costeira, faz-se de acordo com o seu porto de registo ou com o seu novo porto de armamento.

Artigo 6.º

Embarcações de pesca do largo

É proibida a manutenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição, a colocação à venda ou a venda de goraz capturado por embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores classificadas como de pesca do largo.

Artigo 7.º

Repartição do volume de capturas por embarcação

1 – O volume máximo de capturas autorizado para cada uma das ilhas dos Açores, nos termos do artigo 4.º, é repartido individualmente, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, relativo a cada uma das nove ilhas, pelas embarcações de pesca local e de pesca costeira licenciadas para os anos de 2017 e 2018, atendendo ao disposto nos artigos 16.º e 17.º do Regulamento (EU) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, tendo em conta proposta das associações representativas da frota de pesca de cada uma das parcelas do arquipélago e respeitando as seguintes regras:

a) A quota total do segmento de frota local e do segmento de frota costeira de cada uma das ilhas dos Açores deve ter em consideração os limites estabelecidos no artigo 4.º;

b) A quota a atribuir a cada embarcação deve ter em conta as suas dimensões, autonomia, condições de habitabilidade, de segurança e de conservação de pescado, historial de conformidade, bem como os seus registos históricos de capturas;

c) A quota a atribuir a cada embarcação deve ter em consideração a sua capacidade de pesca, o peso relativo do goraz nas suas capturas totais e as possibilidades de captura de outras espécies e de utilização de outras artes de pesca, bem como a possibilidade de entrada de novas embarcações na frota;

d) A quota atribuída a cada embarcação classificada como de pesca costeira ou local não pode ser, por ano, superior a 2% da possibilidade de pesca anual para cada um dos anos de 2017 e 2018.

2 – Qualquer transferência de quotas entre embarcações com registo ou porto de armamento na mesma ilha só pode ser efetuada mediante autorização prévia do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, sob proposta das associações representativas da frota de pesca da respetiva ilha.

3 – Qualquer transferência de quotas entre embarcações com registo ou porto de armamento em ilhas diferentes só pode ser efetuada com respeito pelo disposto nos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 4.º.

4 – A quota atribuída a uma embarcação que seja, entretanto, abatida à frota regional, será redistribuída, na ilha a que disser respeito, mediante despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual é produzido com base em parecer das associações representativas do setor da pesca na respetiva parcela do arquipélago.

5 – As quotas atribuídas não constituem direitos adquiridos das empresas, armadores ou embarcações, podendo ser, a todo o tempo, retiradas ou diminuídas, como resultado de decisões regionais, nacionais ou comunitárias no âmbito da conservação e gestão de recursos, bem como pelo incumprimento das disposições previstas na presente portaria.

CAPÍTULO III

Do controlo das capturas, do encerramento da pesca e das infrações

Artigo 8.º

Controlo das capturas e notificações

1 – O volume das capturas de goraz efetuadas na Subzona X do CIEM por embarcações de pesca registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores é aferido com base nos registos de primeira venda de pescado, disponibilizados semanalmente por meios eletrónicos, pela LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A., ao membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas.

2 – A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A. deve afixar semanalmente, nas Lotas da Região Autónoma dos Açores, os dados estatísticos respeitantes à execução de quota por ilha.

3 – A LOTAÇOR – Serviço de Lotas dos Açores, S. A. deve fornecer, a pedido de qualquer armador interessado, dados estatísticos respeitantes às quantidades de goraz desembarcadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, pelas embarcações de pesca de que aquele seja proprietário ou armador.

Artigo 9.º

Portos de descarga

1 – Tendo em vista o controlo permanente dos volumes de capturas da espécie em consideração no âmbito da presente portaria, as embarcações de pesca registadas no arquipélago efetuam todos os desembarques das capturas de goraz, obrigatoriamente, nos portos de descarga da Região Autónoma dos Açores.

2 – O não cumprimento da determinação estabelecida no número anterior por parte de qualquer embarcação implica a perda imediata da quota atribuída à mesma no ano em questão e um corte de 50% na quota a atribuir ou já atribuída para o ano seguinte.

Artigo 10.º

Esgotamento de quota

1 – Logo que se preveja estar a ser atingida a possibilidade de pesca anual de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, ou a quota atribuída a alguma das ilhas dos Açores, ou a um determinado segmento de frota, o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas profere o correspondente despacho relativamente ao segmento ou à ilha em causa, ou à totalidade da frota de pesca dos Açores, consoante o caso.

2 – Quando atingidos 70% das capturas de goraz fixadas para qualquer embarcação constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, o Diretor Regional com competência em matéria de pescas comunica aquele facto, por escrito, ao respetivo armador ou fretador, bem como que a respetiva quota será encerrada quando atingir os 100% de capturas.

3 – Depois de esgotada a quota de goraz correspondente a qualquer embarcação constante do despacho mencionado no artigo 7.º, n.º 1, ou quanto a um determinado segmento de frota ou a alguma das ilhas dos Açores, ou, ainda, logo que atingida a quantidade máxima de capturas para a totalidade das embarcações registadas nos portos da Região Autónoma dos Açores, a Lotaçor, após comunicação expressa nesse sentido por parte do Diretor Regional com

competência em matéria de pescas, não pode admitir nos seus postos das diferentes ilhas, goraz proveniente da embarcação em causa, ou do universo de embarcações em questão, para primeira venda de pescado.

4 – Logo que esgotada a quota de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, ou a quota atribuída a alguma das ilhas dos Açores, ou a um determinado segmento de frota, na sequência do despacho referido no n.º 1, é proibida a manutenção a bordo, o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição, a colocação à venda ou a venda de goraz capturado na Subzona X do CIEM relativamente ao segmento ou à ilha em causa, ou à totalidade da frota de pesca dos Açores, consoante o caso.

5 – O encerramento da possibilidade de pesca anual de goraz fixada nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º, implica a proibição imediata, também no que respeita à pesca lúdica, em cada uma das ilhas, da captura, manutenção a bordo, o desembarque e transporte de exemplares de goraz.

Artigo 11.º

Responsabilidade contraordenacional

1 – As infrações ao disposto neste diploma são processadas e punidas de acordo com as disposições pertinentes do Capítulo XII do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 06 de julho.

2 – Independentemente da comunicação referida no n.º 3 do artigo anterior, constitui contraordenação, de acordo com o estabelecido na alínea i) do n.º 2 do artigo 185.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 06 de julho, o facto de qualquer embarcação ultrapassar os limites de captura legalmente fixados por totais admissíveis de captura (TAC) e quotas.

Artigo 12.º

Compensação por sobrepesca

1 – O incumprimento dos limites de captura definidos para um conjunto de embarcações ou para uma embarcação, de acordo com o respetivo porto de registo ou de armamento, é compensado pelo respetivo conjunto, ou pela embarcação em causa, consoante o caso, deduzindo a quantidade ultrapassada no valor da quota de pesca da espécie goraz a atribuir-lhe no ano seguinte.

2 – Caso as quotas de goraz destinadas à Região Autónoma dos Açores, após 2019, sofram uma redução, como consequência da dedução de sobrepesca verificada em 2017 e 2018, é aquela redução refletida, proporcionalmente, nas quotas a atribuir às embarcações cuja atividade tenha originado a sobrepesca ou, caso tal não seja possível, na totalidade da quota da ilha em causa.

CAPÍTULO IV

Da utilização e da disponibilização das quotas

Artigo 13.º

Suspensão e abertura temporária das capturas

1 – A captura de goraz na Subzona X do CIEM durante 2017 e 2018, apesar da atribuição de quotas por ilha, por segmento de frota e por embarcação, pode vir a ser temporariamente suspensa por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, logo que as capturas globais atinjam 70% do nível da quota do arquipélago ou 70% do nível da quota de alguma das ilhas.

2 – Com vista ao aproveitamento integral das quotas de pesca de goraz relativas às embarcações registadas em cada ilha da Região Autónoma dos Açores, e, conseqüentemente, ao aproveitamento integral da quota de pesca definida para o conjunto das embarcações de pesca registadas nos portos do arquipélago, pode a captura de goraz na Subzona X do CIEM, durante 2017 e 2018, ser aberta a todas as embarcações classificadas como de pesca local e como de pesca costeira constantes do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, desde que no início do terceiro e quarto trimestres de cada ano os volumes de capturas acumulados não tenham atingido, respetivamente, 50% ou 70% do nível da quota do arquipélago ou 50% ou 70% do nível da quota de alguma das ilhas.

3 – A abertura temporária das capturas mencionada no número anterior é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, o qual fixa as respetivas regras, bem como o seu âmbito de aplicação.

Artigo 14.º

Utilização plena das quotas

1 – Tendo por objetivo a plena utilização das quotas de pesca resultantes da aplicação da presente portaria, as quotas atribuídas a cada embarcação em 2017 e 2018 devem ser utilizadas até ao final do respetivo ano, sendo às quotas de pesca a atribuir no ano seguinte, por embarcação, reduzidos os saldos de quota não aproveitados no ano anterior, por motivo não justificável, passando os saldos assim obtidos a ser repartidos pelas embarcações da mesma ilha que cumpriram a totalidade das suas quotas, no âmbito do respetivo segmento de frota.

2 – Com vista ao aproveitamento integral das quotas de pesca em cada ilha, pode ser tornada disponível, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, a totalidade ou parte das quotas atribuídas a uma ou mais embarcações a todas as embarcações licenciadas para a captura da unidade populacional em causa de cada uma das ilhas ou a um determinado segmento da frota ou a uma ou mais embarcações, com base em parecer das associações representativas do sector da pesca na respetiva parcela do arquipélago.

3 – A disponibilização da totalidade ou de parte das quotas atribuídas a uma ou mais embarcações de uma determinada ilha a uma ou mais embarcações de outras ilhas que estejam licenciadas para a captura de goraz, para os efeitos previstos no presente artigo, é formalizada por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, com base em parecer das associações representativas do sector da pesca das ilhas em causa ou do arquipélago.

4 – Sempre que, até ao final do primeiro semestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 50% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 20% do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

5 – Sempre que, até ao final do terceiro trimestre de cada ano, qualquer embarcação classificada como de pesca local ou como de pesca costeira constante do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não tenha utilizado, pelo menos, 70% da quota que lhe foi atribuída, é à mesma, retirado 30 % do total da respetiva possibilidade de pesca anual, sendo tal volume de capturas potencial entregue às associações de produtores representativas do sector da pesca da ilha em causa, para que estas o administrem entre os seus membros.

6 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, mediante requerimento do interessado devidamente fundamentado, autorizar a utilização da quota individual atribuída a cada embarcação em moldes diferentes dos previstos no presente artigo.

Artigo 15.º

Disponibilização da quota

1 – As quotas de captura de goraz atribuídas a cada embarcação registada nos portos da Região Autónoma dos Açores, ou parte de tais quotas, devem ser atempadamente disponibilizadas, pelos respetivos armadores, ao membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas ou à associação representativa da frota de pesca da ilha correspondente, sempre que ocorra facto que, durante determinado período de tempo, limitado ou duradouro, implique a sua não utilização, de forma plena ou parcial.

2 – Às quotas ou parte das quotas disponibilizadas nos termos do número anterior aplica-se o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º.

3 – As embarcações que, devendo fazê-lo, não disponibilizem as quotas ou parte das suas quotas, nos termos do n.º 1, ficam sujeitas à aplicação do regime previsto no n.º 2 do artigo 9.º.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 16.º

Capturas acessórias

As embarcações proibidas de capturar goraz, nos termos do despacho mencionado no n.º 1 do artigo 7.º, não podem manter a bordo ou desembarcar goraz como captura acessória.

Artigo 17.º

Pesca na Subzona 34.2.0 do COPACE

As capturas de goraz efetuadas por embarcações de pesca registadas nos portos do arquipélago, incluindo as efetuadas na Subzona 34.2.0 do COPACE – Comité de Pescas do Atlântico Centro-Este, devem respeitar a chave de repartição por ilha definida nos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2017.